

O DIREITO E OS DIREITOS HUMANOS

Elton Vitor Zuquelo¹

Resumo: O presente trabalho é uma reflexão acerca da atuação dos profissionais do direito no exercício da advocacia ou de funções institucionais do Estado em relação aos direitos humanos. Trata-se de uma abordagem empírica, a partir da análise da atuação do aparelho judiciário, nele compreendidos, ainda, o Ministério Público, a advocacia e a Polícia Judiciária, resultando a constatação de violações e de falta de promoção, bem assim de asseguuração dos direitos humanos, em diversos momentos da atividade judiciária. Essa realidade está vinculada à formação acadêmica, que requer aprimoramentos tendentes à sua humanização.

Palavras-chave: direito; universidade; direitos humanos; ensino jurídico; justiça.

Abstract: *The presente work is a reflection concerning the performance of the professionals of the right in the institucional function or practice of law of the State, in relation to the human rights. One is about an empirical boarding, from the analysis of the performance of the judiciary device, in it understood still the*

¹ Aluno do Curso de pós-graduação em Direito Público e Novos Direitos, oferecido pela Unoesc-Joaçaba/SC e Juiz de Direito em SC.

Public prosecution service, the law and the judiciary Policy, well thus of fastening of the human rights, at diverse moments of the judiciary activity. This reality is tied with the academic formation, that requires tending improvements to its humanization.

Sumário: 1. Introdução – 2. Direitos Humanos – Evolução Histórica – 3. Direitos Humanos e a Escola – 4. O Ensino Jurídico e os Direitos Humanos – 5. Conclusão.

1. Introdução

Tendo em vista a grande propagação de cursos de Direito no Brasil nos últimos anos, o nível de formação dos bacharéis dessa área vem sendo questionado em razão do despreparo de grande parte desses que se ressentem para o exercício de funções ligadas ao direito.

A questão reveste-se de importância na medida em que são esses profissionais, de graduação jurídica, que ocupam funções institucionais do Estado, como membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Judiciária, além de, não raro, exercerem a chefia do Poder Executivo, em todos os níveis da Administração, ou investirem-se de mandato eletivo parlamentar, igualmente em todos os níveis. Da mesma forma, o exercício da advocacia constitui função institucional da administração da Justiça, nos termos da Constituição Federal.

O enfoque deste trabalho é a possível violação dos direitos humanos pelos profissionais do Direito, como titulares de funções públicas, especialmente aqueles ligados direta ou indiretamente à distribuição da Justiça.

O paradigma utilizado é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU, em 10 de dezembro de 1948, sendo o Brasil seu subscritor. Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, que insere o parágrafo 3º ao art. 5º da Constituição Federal², os tratados internacionais sobre direitos humanos recebem *status* constitucional, como emendas constitucionais.

2 § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

2. Direitos humanos – evolução histórica

Em análise do ensino jurídico no Brasil, e considerando que o Direito mantém estreita relação com os direitos humanos, algumas observações mostram-se pertinentes, relativamente à salvaguarda desses direitos pelos profissionais do mundo jurídico, com ênfase para as autoridades policiais e judiciárias.

Inicialmente, mister o cotejo histórico, a partir do século XVIII, quando se operaram as maiores transformações socioeconômicas, políticas e jurídicas, especialmente na Europa, com repercussões em todos os continentes quanto aos modelos de Estado e às relações sociais.

Com efeito, a Revolução Francesa de 1789, em que a burguesia rebelou-se contra a monarquia de então, clamando pela retirada do Estado que exercia até ali grande controle da vida privada das pessoas, foi um marco de relevo para a construção da doutrina dos direitos humanos, a partir da tríade liberdade, igualdade e fraternidade, rendendo ensejo à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, daquele mesmo ano de 1789. Posteriormente, a tríade, que haveria de transformar-se no fundamento universal dos direitos humanos, foi prevista pela Constituição francesa de 1848.

Em vista daquele contexto histórico, em que a insurreição vitoriosa era composta pela classe burguesa, detentora de poder econômico, o foco da nova ordem foi voltado para os direitos individuais contra o Estado, devendo este minimizar sua intervenção no domínio econômico e respeitar as liberdades individuais, bem como a igualdade de todos perante a lei, situação que atendia aos interesses daqueles que detinham o poder econômico e também o político.

Foi o advento do modelo político e econômico liberal, de intervenção estatal mínima, com ênfase para o direito de propriedade e para a liberdade do indivíduo, reconhecida a igualdade apenas formal dos membros da sociedade, sem cogitar de suas grandes desigualdades sociais, políticas e econômicas. O mercado regia-se pelas suas próprias regras.

Conquanto as vicissitudes desse modelo de exclusão social, há que se reconhecer sua importância para a conquista da liberdade individual contra o Estado, malgrado o surgimento posterior de Estados totalitários. O gérmen iluminista da liberdade, contudo, estava fadado à produção de bons frutos na seara dos direitos humanos.

Após a primeira Grande Guerra (1914-1918), os ideais da Revolução Francesa foram esquecidos, renascendo Estados despóticos dos regimes comunista, fascista e nazista, período sombrio para os direitos humanos, extremamente violados que foram, sob fundamentos injustificados, como a eugenia do nazismo que promoveu o holocausto dos judeus, de triste memória.

Os desmandos autoritários desses regimes antidemocráticos culminaram com a eclosão da segunda Grande Guerra (1939-1945), confronto que deu a ver ao mundo a bomba atômica, espalhando o pânico em todos os quadrantes do planeta.

No pós-guerra imediato, em meio a aflição e receio de novos dissídios internacionais, com utilização de armas atômicas, a ONU reuniu-se para proclamar a célebre Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, como um instrumento para prevenção de atrocidades semelhantes às ocorridas durante os regimes totalitários da Europa e leste europeu, e dos horrores da guerra finda, tendo por objetivo a paz no mundo e o respeito à dignidade humana.

Esse Catálogo, ainda vigente, resgatou os fundamentos revolucionários de 1789, aprimorando-os, especialmente em relação à igualdade, agora vista como substancial e não apenas formal.

A Declaração não impediu que os direitos humanos fossem profanados, posto que guerras, genocídios, escravidão, desrespeitos vários se verificam até os dias atuais. Todavia, é fora de dúvida que a Carta de Direitos orientou a edificação de novas sociedades e a elaboração de constituições voltadas para a defesa dos direitos humanos.

Nas últimas décadas do século transato (séc. XX), verificou-se o fenômeno internacional da globalização da economia,

como produto da política neoliberal, que introduziu, mais do que nunca, a idéia de competitividade, de individualismo. As consequências desse modelo são a concentração de renda, a exclusão social, o desemprego, etc.

Tais anomalias sociais são violadoras dos direitos humanos, uma vez que a dignidade humana é relegada por imposição do poder econômico, este que olvida as carências materiais e educacionais que impõem vida subumana a parte da população, tida por excluída porque alheada dos favores econômicos e dos direitos inerentes à condição humana.

3. Direitos humanos e a escola

É nesse contexto que vamos encontrar a Universidade, em constante aprimoramento científico, mas que estimula seus pupilos à competitividade, em sincronia com o individualismo liberal e neoliberal que privilegia o mais forte e massacra o hipossuficiente.

Não se pode deslembrar, neste foro ético e científico que é a escola, dos direitos humanos de terceira geração, fundados na solidariedade humana, não só em atendimento aos valores coletivos, como o meio ambiente, o patrimônio cultural, histórico e genético, bem assim quanto ao patrimônio jurídico mínimo do ser humano, a sua dignidade como pessoa.

A solidariedade orienta os direitos humanos, atribuindo a todos a responsabilidade pela miséria e pela ausência de cidadania, carências conseqüências da falta/deficiência da educação, que mantém o indivíduo aquém do nível social de cidadão.

Especialmente quanto à cidadania das classes desfavorecidas é que o estudante precisa receber o preparo da Universidade para que possa adquirir, não só para si, de caráter egoístico, a titularidade dos direitos e obrigações da vida de relação e perante o Estado, mas que se constitua em agente de defesa dos direitos humanos daqueles que não têm a mesma oportunidade de receber as diretrizes da educação formal.

Torna-se um dever, vinculado aos direitos humanos fundados na solidariedade, do acadêmico e do posterior profissional

graduado, promover a cidadania dos seus pares excluídos da sociedade, assegurando-lhes a defesa gratuita e responsável dos seus direitos humanos, sempre que vulnerados ou ameaçados pelo poder econômico ou pela ignorância de governantes e demais autoridades constituídas³.

Todas as áreas do conhecimento devem ser contempladas com o estudo dos direitos humanos, cumprindo, assim, à escola, em todos os níveis, seu sagrado mister de outorgar àqueles que recebem o seu salutar bafejo a cidadania plena, conscientes da sua responsabilidade social na defesa dos indivíduos, classes ou grupos sociais, desprovidos de cidadania, vítimas de atentados contra seus direitos humanos⁴.

4. O ensino jurídico e os direitos humanos

Na graduação jurídica, especificamente, é que a situação se apresenta mais grave.

Uma vez deficiente o ensino nessa seara de direitos humanos, chega-se ao bacharelado ainda com séria alienação, tendo em vista os pálidos enfoques à matéria, aliados à formação indi-

3 Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Preâmbulo: *A Assembléia Geral das Nações Unidas proclama a presente "Declaração Universal dos Direitos do Homem" como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.*

4 Artigo 26 — Declaração Universal dos Direitos Humanos:

I) Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

vidualista preconizada pelo regime neoliberal, influência da qual a Universidade não está conseguindo forrar-se, já que continua formando para atender ao capitalismo avassalador.

Deveras preocupante é a atuação desses profissionais do Direito, lançados a campo sem o preparo científico e ético para a solidariedade social, vindo a tornar-se, não raras vezes, violadores de direitos humanos ou vacilantes na sua defesa e garantia, mesmo que de inteira boa-fé, porque inscientes desses postulados éticos universais.

A passagem pela academia não lhes retirou a venda de uma cultura competitiva, dominadora e excludente, que cristalizou a estratificação social e a predominância de classes sobre outras, por isso que pouco podem contribuir para a alteração desse estado de coisas.

Assim é que ocorrem graves atentados aos direitos humanos em Delegacias de Polícia, sob custódia da autoridade policial, pessoa com formação jurídica e responsável pela polícia judiciária, na formação de Inquéritos Policiais violadores de direitos, por vezes até tenebrosos, a lembrar os rituais do santo ofício⁵.

Advogados, indispensáveis à administração da justiça, quando solicitados para defesa de desvalidos, mostram-se alheados de sua responsabilidade social na salvaguarda dos direitos humanos, fazendo-se indiferentes.

Mais além, membros do Ministério Público arvoram-se em acusadores implacáveis, tendo em mira apenas a condenação, menos preocupados com a justiça e com a dignidade humana. O encarceramento representa vitória pessoal e da sociedade (dominadora) que defendem.

Por fim, a toga, no mesmo patamar de preparo para as altas responsabilidades institucionais, que para os párias da sociedade não se faz necessária maior parcimônia na lavratura de decre-

5 A violência e a tortura praticadas por policiais vêm sendo constantemente denunciadas pela anistia internacional e por outros organismos de defesa dos direitos humanos.

tos condenatórios, mesmo diante de um processo penal não garantista; também podem, naturalmente, esses desgraçados permanecer esquecidos nas masmorras frias, para quem a presunção de inocência se constitui em presunção de culpa⁶.

Por igual, atenta-se contra os direitos humanos ao obstar ou dificultar o acesso à justiça, tornando-a elitizada, porque cara e voltada aos interesses dos mais abastados, também nos moldes neoliberais, que preconiza o seu enfraquecimento para mais facilitada predominância do poder econômico⁷.

5. Conclusão

Urge, portanto, aprimorar o ensino em matéria de direitos humanos, como matéria universal, uma vez que ninguém que tenha passado pela escola, em especial por curso superior, está desobrigado desse conhecimento e da sua defesa incondicional a seu favor, bem como a favor das pessoas hipossuficientes.

Quanto ao ensino jurídico, maior há de ser a ênfase aos direitos humanos, em razão da sua mais estreita ligação com a atuação do profissional do direito, a quem cabe, em última instância, a promoção e a garantia desses direitos, que devem nortear a hermenêutica jurídica a fim de prevenir-se a institucionalização da preterição dos direitos da humanidade.

Por essas razões é que desponta de extrema gravidade o deficiente preparo para o exercício da cidadania solidária e da garantia dos direitos humanos de integrantes das polícias, das forças armadas, dos advogados, dos membros do Ministério Público e também do Poder Judiciário, ante a possibilidade, sempre

6 Artigo 11 — Declaração Universal dos Direitos Humanos

I) Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa.

7 Artigo 10 — Declaração Universal dos Direitos Humanos

Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

presente, de omissão ou comissão contrária aos direitos da humanidade.

Torna-se necessário que a Universidade, em todas as áreas do conhecimento, enfoque a humanização da ciência e o catálogo (mínimo) dos direitos humanos, objetivando a formação de profissionais solidários e socialmente comprometidos. Quanto ao ensino jurídico, a matéria deve ser trabalhada com consciência de sua relevância para os futuros bacharéis, lidadores diretos com esses bens, irrenunciáveis e indisponíveis de toda a pessoa humana, estando aptos a garanti-los e a defendê-los no exercício profissional, bem assim na condição de membros da sociedade.

Bem de ver que as graves situações referidas, de profanação dos direitos humanos, não perfazem a generalidade da atuação das instituições e dos Poderes constituídos, apenas que elas ocorrem, com maior ou menor frequência e gravidade. Precisam ser lembradas e denunciadas para a efetiva construção de um Estado Democrático de Direito⁸ e de uma sociedade livre, justa e solidária⁹.

6. Referências bibliográficas

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas, 1948.

8 Art. 1º CF/88: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos [...]

9 “Art. 3º, I, CF/88: Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I — construir uma sociedade livre, justa e solidária [...]